Relatório Anual 2024

Comissão de Administração e Serviço Público

Comissão de
Administração e
Serviço Público

CASP
Comissão de Administração e Serviço Público

RELATÓRIO ANUAL

Brasília – 2024

Relatório anual - 2024

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

57ª Legislatura (2023-2027) – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente
Arthur Lira

1º Vice-Presidente
Marcos Pereira

2º Vice-Presidente
Sóstenes Cavalcante

1º Secretário
Luciano Bivar

2º Secretário
Maria do Rosário

3º Secretário
Júlio Cesar

4º Secretário
Lucio Mosquini

Suplentes de Secretários

1º Suplente
Gilberto Nascimento

2º Suplente
Pompeo de Mattos

3º Suplente
Beto Pereira

4º Suplente
André Ferreira

Diretor-Geral:
Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa:
Lucas Ribeiro Almeida Júnior

Sumário

Apresentação	7
Membros da comissão	10
Reunião de Instalação e Eleição	17
Proposições Apreciadas	21
Audiências Públicas e Eventos	78
Números da Comissão	108
Equipe Técnica	114

Comissão de Administração e Serviço Público

Presidente:

Waldemar Oliveira

1º Vice-Presidente:

Bruno Farias

Departamento de Comissões:

Flávio Bôsco Soares

Projeto gráfico e capa:

Equipe técnica da Comissão de Administração e Serviço Público e Serviço de Publicidade

Texto e edição:

Equipe técnica da Comissão de Administração e Serviço Público e Agência Câmara Notícias

Fotos:

Acervo Câmara dos Deputados

Apresentação

Chegamos ao fim de mais um ano de trabalho da Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados com a certeza de termos contribuído para a consolidação do colegiado como importante aliado da modernização e do incremento da eficiência dos serviços prestados à população pelo setor público brasileiro.

Neste segundo ano de existência da Comissão, criada em 2023, tivemos a oportunidade de discutir temas e de aprovar propostas legislativas relevantes para a melhoria da qualidade da administração pública no País. A dedicação dos membros do colegiado, com seus diferentes pontos de vista, resultaram em debates ricos e necessários para a definição dos melhores caminhos, sempre de forma democrática e respeitosa.

A síntese contida neste relatório oferece um panorama dos pontos que foram objeto de discussão e de deliberação pelo colegiado, como o fortalecimento de órgãos públicos, a valorização dos servidores, a retomada de obras paralisadas, políticas de inclusão e práticas sustentáveis, entre tantos outros.

Em que pese o fato de 2024 ter sido um ano eleitoral, com inevitável impacto no ritmo dos trabalhos legislativos, a Comissão votou mais de 164 proposições, entre as quais 39 projetos de lei. Aqui cabe enfatizar a relevância das propostas aprovadas. Foram medidas com repercussão em diversas áreas, como, por exemplo, a tipificação do descumprimento de normas que regulamentam o piso salarial profissional como ato de improbidade administrativa; a destinação de 70% da arrecadação da Taxa de Serviços Metrológicos, cobrada pelo Inmetro, aos estados e ao Distrito Federal para aplicação em atividades ou projetos vinculados à metrologia; a garantia de tempo adicional para pessoa com autismo em provas de concursos públicos; a reestruturação de carreiras administrativas da Defensoria Pública da União; e a proibição de copos e talheres descartáveis na administração pública.

Não poderia deixar de mencionar também o papel essencial das reuniões de audiência pública na discussão de temas de interesse da população e no consequente embasamento da tomada de decisão pelos membros do colegiado. Ao longo do ano, foram realizadas 22 audiências, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil e de especialistas. Essas reuniões despertaram grande atenção, tendo sido acompanhadas por um número significativo de cidadãos, tanto presencialmente, em plenários quase sempre lotados, quanto pela internet, por meio das transmissões ao vivo.

Sinto-me honrado por ter estado à frente da condução dos trabalhos neste exitoso período. Agradeço a cada membro do colegiado pelo apoio, pela confiança nesta presidência e, especialmente, pelo empenho para que chegássemos aos resultados alcançados. Neste momento em que encerramos mais uma sessão legislativa, manifesto não apenas a minha expectativa, mas a minha confiança em que esta Comissão de Administração e Serviço Público seguirá cumprindo com excelência as suas atribuições de fiscalizar e de legislar, na perspectiva do aprimoramento das normas e das práticas na sua área de atuação. Em um cenário de grandes e ilimitados desafios, o trabalho deste colegiado é fundamental para a concretização dos avanços necessários, em sintonia com os interesses do conjunto da população.

Waldemar Oliveira

Deputado Federal
Presidente da CASP

MEMBROS DA COMISSÃO

Presidente

Waldemar de Andrada Ignácio de Oliveira é Deputado Federal de Pernambuco, eleito para a 57ª Legislatura - 2023-2027, pelo partido Avante. É advogado e empresário pernambucano, conhecido carinhosamente como Dema.

Formou-se em Direito pela Universidade Católica do Recife/UNICAP, com várias especializações na área e doutorado em Direito pela Universidade Católica Argentina/UCA.

Nascido no Recife, mas com raízes em Serra Talhada, filho de Sebastião Neto e de Dona Célia, preserva o legado da família, tendo sido eleito Deputado Federal em 2022, seguindo os passos de seu genitor, que foi o primeiro a ingressar na carreira pública, e de seu irmão Sebastião Oliveira. Dema acredita que seu mandato é trabalhar pelo povo e para o povo.

Casado com Mércia Japiassu, tem três filhos: Virgílio, Júlia e Beatriz. Dema acredita que a família é base de tudo.

No seu tempo livre, curte viajar com a família, ler livros e apreciar uma boa comida. Apaixonado por vários esportes, principalmente pelo futebol, é torcedor do Santa Cruz de Pernambuco.

1º Vice-Presidente

Bruno Farias é natural de Teófilo Otoni (MG), filho de Antônio Eustaquio Farias e Jovita Maria de Souza Farias. Formou-se na faculdade Univale, de Governador Valadares. É especialista em gestão e serviços de saúde. Também foi gestor, diretor do Hospital Municipal de Urgências Raimundo Gobira e auditor especialista.

Enfermeiro, Bruno foi coordenador de saúde mental e professor universitário do curso técnico em enfermagem. Seguiu, também, carreira política como diretor legislativo da Câmara de Vereadores de Teófilo Otoni, assessor na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e na Câmara dos Deputados, quando trabalhou pelo envio de recursos para saúde, educação e melhorias de infraestrutura no Vale do Mucuri.

É presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (Coren-MG) e um dos protagonistas na luta pelos direitos desses profissionais. Em 2022, foi eleito Deputado Federal, com 97.246 votos. Como representante da enfermagem, defende o pagamento do piso salarial, a definição da jornada de trabalho de 30 horas, a regulamentação do percentual de insalubridade e outros projetos que garantam a valorização da categoria. Além disso, atua em defesa das pessoas com autismo.

Membros titulares

Alice Portugal (PCdoB-BA)

Bruno Farias (Avante-MG)

Capitão Alberto Neto (PL-AM)

Felipe Francischini (União-PR)

Marcos Pollon (PL-MS)

Marussa Boldrin (MDB-GO)

Neto Carletto (PP-BA)

Pompeo de Mattos (PDT-RS)

Prof. Reginaldo Veras (PV-DF)

Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)

Reimont (PT-RJ)

Roberta Roma (PL-BA)

Rogério Correia (PT-MG)

Ronaldo Nogueira (Republicanos-RS)

Waldemar Oliveira (Avante - PE)

Membros suplentes

Adriana Ventura (Novo-SP)

André Figueiredo (PDT-CE)

Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)

Cabo Gilberto Silva (PL-PB)

Coronel Meira (PL-PE)

Coronel Ulysses (União-AC)

Denise Pessôa (PT-RS)

Erika Kokay (PT-DF)

Gilson Daniel
(Pode-ES)

Luiz Gastão
(PSD-CE)

Ossesio Silva
(Republicanos-PE)

Sâmia Bomfim
(Psol-SP)

Tadeu Veneri
(PT-PR)

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Em 12 de março de 2024, a Comissão de Administração e Serviço Público escolheu o seu novo presidente. O Deputado Waldemar Oliveira (Avante-PE) foi eleito por unanimidade, com 12 votos, para mandato de um ano à frente do colegiado. Ele sucedeu o Deputado Bruno Farias (Avante-MG), presidente anterior, que momentos antes declarou instalada a comissão.

Advogado, Waldemar Oliveira está em seu primeiro mandato como Deputado Federal. Ao tomar posse, ele relembrou sua trajetória antes de ser eleito para a Câmara dos Deputados, destacando seu trabalho como professor universitário por dez anos. O novo presidente observou que conhece as dificuldades dos servidores públicos, principalmente o achatamento salarial. O Deputado ressaltou que iria trabalhar pelos interesses dos servidores, mas com critério. “Vamos tentar discutir todas essas pautas importantes, com responsabilidade, porque o governo, obviamente, não tem disponibilidade infinita de recursos”, completou.

1º vice-presidente

No dia 19 de março de 2024, o Deputado Bruno Farias foi eleito 1º vice-presidente da comissão, também por unanimidade, com oito votos. O Deputado agradeceu ao presidente da comissão, Waldemar Oliveira, e aos demais Deputados presentes pelos seus votos.

A Comissão

A Comissão de Administração e Serviço Público foi criada em fevereiro de 2023, a partir da segmentação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Entre os temas dos debates e das proposições analisadas pelo colegiado, estão a prestação de serviços públicos em geral, a organização político-administrativa da União e o regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos.

camara.leg.br | 0800 0 619 619
Discussão e votação de propostas legislativas
09/04/24 Comissão de Administração e Serviço Público

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

19 de março de 2024

Projeto proíbe compra de descartáveis pela administração pública

Relatora do projeto, Deputada Erika Kokay (PT-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4.423/2016, que proíbe a administração pública de adquirir copos e recipientes descartáveis, produzidos a partir de derivados de petróleo, para o consumo de bebidas e/ou alimentos. De acordo com os autores, os ex-Deputados Marco Antônio Cabral e Mariana Carvalho, o projeto busca contribuir para a redução dos danos ao meio ambiente.

O texto aprovado é o substitutivo da relatora, Deputada Erika Kokay (PT-DF), ao texto original e a dois projetos apensados (PL 4.942/2019 e PL 386/2021). Na mesma votação, a comissão rejeitou o substitutivo apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O substitutivo aprovado é inserido na Política Nacional de Resíduos Sólidos. O texto original previa a alteração em outras leis. Outra mudança proposta pela relatora foi a previsão de prazo de um ano para que a medida entrasse em vigor. No texto original a execução era imediata.

Erika Kokay argumentou que o copo descartável é o resíduo sólido urbano menos reciclado no mundo. “Para sua decomposição, são necessários de 250 a 400 anos”, declarou. “O baixo custo de mercado desestimula as empresas a reciclarem, pois são necessários 250 copos descartáveis para um retorno de apenas 20 centavos de real”, observou.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado nas Comissões de Finanças e Tributações; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

16 de abril de 2024

Projeto atualiza taxas da Justiça do Trabalho

Relator do projeto, Deputado Felipe Francischini (União-PR)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1.290/2022, que reajusta os valores das custas e emolumentos cobrados pela Justiça do Trabalho.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, Deputado Felipe Francischini (União-PR), ao texto original do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinado pelo ex-presidente da corte, ministro Emmanoel Pereira.

O substitutivo aprovado reduz o tamanho do reajuste. O TST havia proposto uma correção das taxas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado entre o último reajuste (agosto de 2002) e fevereiro de 2022. Nesse período, a inflação acumulada foi de 233%.

Francischini aplicou uma correção menor, com base no INPC acumulado em 12 meses. Segundo ele, a mudança valoriza "o sistema de prestação judicial sem penalizar os seus demandantes". Com a medida, todos os valores foram reduzidos em relação à proposta original. O Deputado manteve a correção anual das custas e emolumentos pelo INPC, mediante ato do presidente do TST.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado nas Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

07 de maio de 2024

Projeto estabelece repasse de incentivo financeiro a agentes de saúde

Relatora do projeto, Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou os Projetos de Lei 460/2019, 4.440/2020 e 983/2024, que tornam obrigatório o pagamento direto aos agentes comunitários de saúde e combate a endemias (ACS e ACE) do incentivo financeiro criado em 2014, pela Lei 12.994/14.

O texto aprovado é o substitutivo da Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), que une partes do conteúdo dos três projetos. O PL 460/2019, do Deputado Valmir Assunção (PT-BA), foi apensado ao PL 4.440/2020, do ex-Deputado Nereu Crispim (RS), e ao PL 983/2024, da Deputada Renata Abreu (Pode-SP), por afinidade temática.

O PL 460/2019 aborda a destinação do incentivo financeiro aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE). Também, o PL 4.440/2020 fala sobre o pagamento do incentivo adicional aos ACS e aos ACE, enquanto o PL 983/2024 trata sobre o repasse do valor relativo ao piso salarial dos ACS e ACE.

Professora Luciene Cavalcante disse que a proposta busca deixar claro que o incentivo, a 13ª parcela repassada pela União através da assistência complementar a estados e municípios, se refere ao incentivo financeiro e não ao 13º salário, como alguns municípios entendem. “Muitos gestores municipais querem fazer crer para desviar essa verba para outras finalidades”, afirmou.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado nas Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

14 de maio de 2024

Projeto transforma Cefet de MG e RJ em universidades tecnológicas

Relator do projeto, Deputado Rogério Correia (PT-MG)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5.102/2023, que transforma os centros federais de educação tecnológica (Cefet) de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Universidade Tecnológica Federal (UTF).

A proposta, do Deputado Patrus Ananias (PT-MG), recebeu parecer favorável do relator, Deputado Rogério Correia (PT-MG). O texto prevê as linhas gerais de organização das novas universidades, como objetivos, fontes de recursos e mandato de reitores.

O relator afirmou que os dois centros federais de educação já cumprem os requisitos legais previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para se transformarem em universidades, como produção intelectual e ao menos um terço do corpo docente com mestrado ou doutorado.

Segundo Correia, o Cefet-MG, sediado em Belo Horizonte, possui atualmente 99% de seus docentes com mestrado ou doutorado, sendo que 64% têm doutorado. O Cefet-RJ, com sede no Rio, possui 94% de seus docentes com mestrado ou doutorado, sendo 50% com doutorado. “A produção intelectual do Cefet-MG e do Cefet-RJ é elevada e consolidada, possuindo destaque no desenvolvimento tecnológico e nas ciências aplicadas”, disse o relator.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado nas Comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

14 de maio de 2024

Projeto permite férias a servidor e estagiário na mesma época que cônjuge ou dependente com deficiência

Relator do projeto, Deputado Luiz Gastão (PSD-CE)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5.152/2023, que concede ao servidor federal e ao estagiário o direito de fazer coincidir suas férias com as férias de cônjuges ou dependentes com deficiência.

A proposta, da Deputada Dayany Bittencourt (União-CE), recebeu parecer favorável do relator, Deputado Luiz Gastão (PSD-CE). “Estaremos avançando mais um passo na garantia dos direitos das pessoas com deficiência e de seus responsáveis”, comentou o relator.

O texto altera o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos (RJU), que disciplina os direitos e deveres dos servidores federais, e a Lei do Estágio, que define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado nas Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Trabalho; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

16 de abril de 2024

Projeto aprova texto da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Relatora do projeto, Deputada Erika Kokay (PT-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 461/2022, que aprova o texto da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinada em Díli, Timor-Leste, em 24 de julho de 2015.

A proposta, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, recebeu parecer favorável da relatora, Deputada Erika Kokay (PT-DF). “A internacionalização da previdência social configura-se uma necessidade em face das transformações que vêm ocorrendo nas relações trabalhistas com a expansão da economia global”, afirmou a relatora.

A proposta agora terá seu mérito analisado pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

4 de junho de 2024

Comissão rejeita projeto para criação da Universidade Federal Digital do Brasil

Relator do projeto, Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 3.342/2021, que autoriza a criação da Universidade Federal Digital do Brasil (UFDB), com sede em Brasília (DF).

O relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), apresentou parecer pela rejeição da proposta, do ex-Deputado Neucimar Fraga (ES). Para ele, a despeito das boas intenções do projeto, o assunto objeto da proposição pretendida carece de amparo constitucional, por se tratar de matéria cuja iniciativa de proposição legislativa compete privativamente ao Presidente da República, que é a criação de órgãos ou entidades na estrutura da Administração Pública federal, consoante o disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal.

A proposta agora será analisada pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

4 de junho de 2024

Projeto garante tempo extra para pessoa com autismo em provas de concurso

Relator do projeto, Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4.848/2023, que garante aos candidatos com transtorno do espectro autista (TEA) um tempo adicional de uma hora para a realização de provas em concursos públicos, exames de ordem ou processos seletivos.

O texto também determina que os processos seletivos para ingresso e permanência nas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devem ter atendimento preferencial à pessoa com TEA. Hoje, essa medida já é garantida às pessoas com deficiência.

Por fim, a proposta torna crime, punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa, o ato de cobrar valores adicionais, recusar ou cancelar inscrição de aluno com TEA em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

A proposta, da Deputada Maria Arraes (Solidariedade-PE), e o apensado (PL 4.915/2023), do Deputado Bruno Ganem (Pode-SP), foram reunidos em um substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), que foi aprovado.

O Deputado Prof. Reginaldo Veras afirmou que as medidas facilitam a "participação plena e efetiva na sociedade das pessoas com TEA, em igualdade de condições com as demais pessoas".

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado nas comissões de Educação; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

4 de junho de 2024

Comissão rejeita Projeto de Decreto Legislativo que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal direta e indireta seja parte

Relator do projeto, Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 909/2018, que suspende “o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal direta e indireta seja parte”.

O relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), apresentou parecer pela rejeição da proposta, de autoria do Deputado Diego Garcia (Republicanos-PR). Ele argumentou que o projeto perdeu o seu objeto. “Sem entrar no mérito do dispositivo regulamentar elencado, constata-se, em análise no Portal de Legislação do Poder Executivo Federal, que o Decreto nº 9.144/2017 foi integralmente revogado pelo Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, ficando, desde então, prejudicado o PDC nº 909/2018”, assinalou.

A proposta agora será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de seguir para o Plenário.

18 de junho de 2024

Projeto adota Libras como possível critério de desempate em concursos públicos

Relator do projeto, Deputado Bruno Farias (Avante-MG)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1.028/2023, que considera a capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como possível critério de desempate em concursos públicos e processos seletivos federais.

O texto aprovado é o substitutivo do Deputado Bruno Farias (Avante-MG) ao texto original do Deputado Bruno Ganem (Pode-SP).

O substitutivo aprovado garante que cada órgão defina se a capacitação em Libras é a mais relevante para o seu contexto, levando em consideração suas atividades. “Outros cursos que envolvem capacitação inclusiva poderão se enquadrar melhor no desempenho de determinada função”, observou o relator.

A proposta não restringe a adoção de outros critérios de desempate, que poderão ser adotados e ordenados pela comissão organizadora da seleção.

Se for aprovada e virar lei, a medida entrará em vigor em cinco anos, a fim de garantir a igualdade entre os candidatos que já possuem o curso de Libras e aqueles que ainda se capacitarão.

O Deputado Bruno Farias acredita que o projeto pode garantir maior inclusão das pessoas com deficiência auditiva, que aos poucos encontrarão, nos órgãos e nas entidades públicas, mais pessoas com capacidade para se comunicar em Libras.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, e na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o projeto agora será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

18 de junho de 2024

Comissão rejeita projeto que estabelece normas gerais de fiscalização financeira

Relator do projeto, Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei Complementar 79/2022, que "estabelece normas gerais de fiscalização financeira da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispõe sobre a simetria de que trata o art. 75 da Constituição Federal, e dá outras providências".

O Projeto de Lei Complementar 79/2022 altera as Leis Complementares nº 148, de 2014, e nº 159, de 2017, e busca padronizar e unificar diversas normas federais com o objetivo de monitorar e avaliar a aplicação de recursos financeiros e orçamentários em políticas públicas.

Também define a criação de sistemas centralizados de registro eletrônico com informações financeiras abrangendo a União, estados, Distrito Federal e municípios, alimentados de forma padronizada e detalhada para permitir análises comparativas e cruzadas.

O relator, Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), apresentou parecer pela rejeição da proposta, do ex-Deputado Fábio Trad (MS). Para ele, apesar de louvável a iniciativa no sentido do fortalecimento do controle externo e interno, o tema concerne ao pacto federativo e à autonomia das pessoas políticas integrantes da federação. Além disso, o relator afirmou, no parecer, que a intervenção do Legislativo da União nessas matérias viola a autonomia e o autogoverno dos Tribunais de Contas.

A proposta agora será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de seguir para o Plenário.

13 de agosto de 2024

Projeto isenta mãe solo de taxa de concurso

Relatora do projeto, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3.948/2023, que isenta as mães solo do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos para cargos na administração pública federal. O texto altera a Lei nº 13.656/18, que regulamenta as isenções em concursos públicos.

A proposta define mãe solo como a mulher provedora de família monoparental que esteja registrada no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e tenha dependente de até 18 anos de idade ou de qualquer idade, no caso de filho com deficiência. O cumprimento dos requisitos deverá ser comprovado no momento da inscrição.

A relatora na comissão, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP), recomendou a aprovação do substitutivo acatado anteriormente pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei 3.948/23, do Deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB). O projeto original criava uma nova lei prevendo a isenção, enquanto o texto aprovado insere a medida em lei já existente.

Sâmia Bomfim acredita que a isenção da taxa pode ajudar a quebrar o círculo de pobreza da maioria dos lares chefiados por mulheres. “É no mercado de trabalho que as desvantagens das mães solo ficam mais evidentes e onde elas arcam com o maior ônus da desigualdade e das vulnerabilidades a que estão expostas”, afirmou a relatora. Além disso, ela destacou a situação de trabalhos informais a que muitas mães solos estão sujeitas. “A experiência cotidiana nos mostra que às mães solo restam a informalidade ou os empregos mais precários e mal remunerados”, lamentou.

Por fim, o texto prevê punição para a candidata que apresentar documentação falsa: eliminação do concurso ou instauração de processo administrativo se a servidora já tiver sido nomeada.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público e na Comissão de Defesa da Mulher, o projeto agora será apreciado na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

13 de agosto de 2024

Projeto considera improbidade descumprir normas sobre piso salarial

Relator do projeto, Deputado Rogério Correia (PT-MG)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou substitutivo ao Projeto de Lei 961/2023, que caracteriza como improbidade administrativa descumprir normas que regulamentam piso salarial profissional ou frustrar a implementação dos pagamentos dos pisos.

Conforme a Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), a pena ao agente público responsável é o pagamento de multa e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos por quatro anos.

O texto aprovado é um substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Rogério Correia (PT-MG), ao Projeto de Lei 961/23, da Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP) e outros parlamentares.

O substitutivo retirou ainda, do texto original, a parte que também considerava ato de improbidade deixar de complementar o Fundeb. Essa complementação é feita pela União aos estados com menos investimentos em educação. Parte desse valor vai para a remuneração dos profissionais da educação básica.

Ao apresentar a proposta, Professora Luciene Cavalcante apontou resistência por parte de autoridades públicas em realizar o pagamento do piso salarial a profissionais como professores.

Rogério Correia lembrou que a Constituição determina a previsão em lei de pisos salariais para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, parteiras e profissionais da educação pública. “Ora, essa determinação constitucional não é um mero conselho ou diretriz”, afirmou. “Pisos salariais são instrumentos essenciais para garantir uma remuneração mínima digna, protegendo os mais vulneráveis contra a precarização do trabalho”, acrescentou.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

13 de agosto de 2024

Projeto reestrutura carreiras da Defensoria Pública da União

Relatora do projeto, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2004/2024, que reestrutura carreiras administrativas da Defensoria Pública da União (DPU) em 13 padrões, nos níveis intermediário e superior.

A relatora, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP), recomendou a aprovação do texto. “Trata-se de justa alteração e, assim, de um reconhecimento do trabalho desses servidores públicos, de forma a garantir e proteger direitos”, disse.

Segundo a justificativa apresentada pelo Defensor Público-Geral Federal, Leonardo Cardoso de Magalhães, a proposta busca eliminar discrepâncias existentes hoje entre as carreiras da DPU, da Justiça Federal e do Ministério Público da União. “A paridade de armas em aspecto material deverá fazer com que a DPU tenha menor evasão de servidores, aumento da consistência da memória institucional e retenção do conhecimento acumulado”, argumentou.

O impacto orçamentário e financeiro foi estimado em R$ 3,12 milhões a partir de julho de 2024, R$ 5,85 milhões em 2025 e R$ 5,86 milhões nos anos seguintes. Os recursos sairão das dotações orçamentárias da Defensoria Pública da União.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

13 de agosto de 2024

Projeto estabelece regra para compra pública de produtos ou processos inovadores

Relatora do projeto, Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3.946/2012, que autoriza os órgãos públicos que financiam pesquisas de ponta em empresas ou entidades nacionais sem fins lucrativos a comprar os produtos ou processos inovadores desenvolvidos nessa parceria. Pelo texto, a aquisição deverá ser prevista no contrato de financiamento, que também preverá a transferência de tecnologia.

O texto altera a Lei da Inovação. A norma já prevê o financiamento, por órgãos públicos, de pesquisas feitas no setor privado, mas não traz mecanismos para a absorção dos produtos ou processos gerados pela pesquisa.

A relatora, Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), votou pela aprovação do Projeto de Lei 3946/2012 e pela rejeição do seu apensado, Projeto de Lei 8252/2014. O texto aprovado foi o substitutivo da relatora ao texto original da Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e outros parlamentares.

No substitutivo, a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, é alterada e passa a permitir aquisição de produto ou processo inovador gerados por meio de políticas de fomento à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica.

Ao recomendar a aprovação da matéria, a Deputada Alice Portugal observou que a falta de um mecanismo não garante a continuidade do interesse do setor privado na parceria. “É exatamente nesse ponto que reside o objetivo do projeto”, destacou.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

13 de agosto de 2024

Projeto beneficia estados com taxa de serviços metrológicos

Relator do projeto, Deputado Luiz Gastão (PSD-CE)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou substitutivo ao Projeto de Lei 5.389/2019, que estabelece nova destinação para os recursos da Taxa de Serviços Metrológicos, cobrada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Pelo texto, 70% da arrecadação serão distribuídos mensalmente aos estados e ao Distrito Federal, com base na proporção das fiscalizações realizadas, para serem aplicados em atividades ou projetos vinculados à metrologia. Os 30% restantes serão de responsabilidade da União, hoje destinatária exclusiva da taxa.

Se o projeto virar lei, o governo federal deverá regulamentar o repasse dos recursos, que deverá estar plenamente em vigor no prazo máximo de três anos, a contar da publicação.

A Taxa de Serviços Metrológicos foi instituída pela Lei 9.933/99, que trata das competências do Inmetro. A cobrança ocorre sempre que o instituto verifica um instrumento de medição.

A medida aprovada fortalece os institutos de pesos e medidas estaduais, que atuam conforme as diretrizes do Inmetro, segundo o relator do projeto, Deputado Luiz Gastão (PSD-CE). “Atualmente, muitos desses órgãos carecem de recursos materiais e humanos suficientes para atender à demanda”, disse.

O texto aprovado na comissão é o substitutivo proposto pelo relator. O Deputado Luiz Gastão excluiu do projeto, de autoria do ex-Deputado Rubens Bueno (PR), os trechos que conferiam competência exclusivamente regulatória ao Inmetro, transferindo as atividades de fiscalização para os estados e o Distrito Federal.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

8 de outubro de 2024

Projeto prioriza pagamento de salários no serviço público

Relatora do projeto, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 194/2019, que dá preferência à folha de pagamento quando houver contingenciamento das despesas em quaisquer níveis de governo. A proposta também proíbe o parcelamento de salários.

A relatora, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP), defendeu a aprovação do texto, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A proposta, do ex-Deputado David Miranda (RJ), não se aplica a dispositivos constitucionais ou decisões judiciais.

Segundo a Deputada Sâmia Bomfim, não é razoável a Lei de Responsabilidade Fiscal prever que o pagamento do serviço da dívida não será objeto de limitação e não falar nada sobre a remuneração dos servidores.

“Embora as despesas com pessoal já estejam classificadas como obrigatórias, isso nem sempre tem sido respeitado, como já se observou em alguns estados da federação, que decidem parcelar salários, unilateralmente”, criticou a relatora.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.

8 de outubro de 2024

Projeto amplia a retomada de obras paralisadas e inacabadas

Relatora do projeto, Deputada Erika Kokay (PT-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2.323/2021, que amplia a retomada de obras paralisadas e inacabadas que já tenham sido pagas pela União. A medida passaria a valer para obras inacabadas a partir da entrada em vigor da lei.

A versão aprovada é um substitutivo da relatora, Deputada Erika Kokay (PT-DF), ao texto original do ex-Deputado Gonzaga Patriota (PE).

No novo texto, a relatora optou por ampliar o volume de obras que estão aptas a serem reiniciadas. Segundo ela, a proposta original é "restritiva" ao dispor apenas sobre a retomada de convênios referentes às obras públicas que tenham sido iniciadas e estejam inacabadas, até 2018, em caráter emergencial.

A Deputada Erika Kokay também optou por incluir a medida no pacto nacional pela retomada de obras e de serviços de engenharia destinados à educação básica e profissionalizante e à saúde (Lei 14.719/23).

Essa legislação cria uma série de regras para a repactuação de obras. Uma delas é a possibilidade de a União firmar novo termo de compromisso com estados e municípios inadimplentes, além de reajustar valores e redefinir prazos.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

8 de outubro de 2024

Projeto torna obrigatória a presença de intérprete ou tradutor de línguas indígenas em órgãos públicos

Relatora do projeto, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4.014/2023, que torna obrigatória a presença de intérprete ou tradutor de línguas indígenas em órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos e instituições essenciais à Justiça e à segurança pública.

O texto aprovado é o substitutivo da relatora, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP), ao projeto original da Deputada Célia Xakriabá (Psol-MG). Em vez de editar nova lei com a exigência, a relatora decidiu incluí-la no Estatuto do Índio.

Para a Deputada Sâmia Bomfim, “em um país culturalmente diversificado, com riqueza de idiomas e dialetos indígenas, é imperativo que as comunidades indígenas possam exercer direitos por meio da comunicação efetiva em suas línguas nativas”.

A Deputada Célia Xakriabá enfatizou que “o uso apenas da língua portuguesa pelos órgãos públicos é uma barreira para acesso dos povos indígenas à Justiça e a políticas públicas de saúde, de educação e de cultura”.

O substitutivo aprovado inclui ainda medida para autorizar expressamente a contratação desses profissionais com conhecimento de línguas indígenas por meio de credenciamento, respeitada a Lei de Licitações.

Também aprovado pela Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, o projeto agora será apreciado na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

8 de outubro de 2024

Projeto institui a “Semana Nacional do Trabalho Decente”

Relatora do projeto, Deputada Erika Kokay (PT-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5.408/2023, que institui a Semana Nacional do Trabalho Decente, a ser promovida em outubro. A relatora, Deputada Erika Kokay (PT-DF), defendeu a aprovação da proposta, do Deputado Airton Faleiro (PT-PA), com duas emendas de redação.

O conceito de trabalho decente estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) refere-se ao trabalho produtivo, devidamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, de modo a garantir uma condição de dignidade humana para trabalhadoras e trabalhadores.

De acordo com a proposta aprovada, na semana de 7 de outubro (Dia Internacional do Trabalho Decente), devem ser desenvolvidos, em todo o território nacional, eventos e atividades, como palestras e seminários, para disseminação desse conceito. O texto prevê a divulgação de ações e medidas de fomento a boas práticas nas relações de trabalho e de prevenção e superação das desigualdades e das condições indignas no ambiente laboral.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Trabalho, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

29 de outubro de 2024

Projeto prevê identificação de processo administrativo cujo autor tenha prioridade

Relator do projeto, Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3.607/2019, que define que os processos administrativos vinculados a pessoa com preferência processual prevista em lei deverão ter identificação própria e prioridade.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), ao projeto do Deputado Ossesio Silva (Republicanos-PE). Assim como na proposta original, o texto altera a Lei Geral do Processo Administrativo.

Segundo o Deputado Prof. Reginaldo Veras, a Lei Geral do Processo Administrativo passou por ajustes recentes que incorporaram algumas das sugestões feitas por Ossesio Silva. Outras, porém, estão previstas apenas no Código de Processo Civil (CPC).

Assim, o texto aprovado na comissão determina também que terão prioridade os processos administrativos federais que tenham entre partes ou interessados: pessoa com idade igual ou superior a 60 anos; pessoa portadora de deficiência física ou mental; pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo; vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha; e regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda segundo o texto aprovado, a tramitação prioritária independerá de deferimento pelo órgão onde tramita o processo e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

5 de novembro de 2024

Projeto facilita atuação de conselheiro para fiscalizar merenda

Relatora do projeto, Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2.268/2023, que facilita o trabalho dos membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), responsável pela fiscalização dos contratos para aquisição de merenda e transparência na prestação de contas.

Cabe ao CAE acompanhar e monitorar os recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar e garantir boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos em estados e municípios.

O texto aprovado é um substitutivo da relatora, Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), ao texto original, da Deputada Socorro Neri (PP-AC). “A ideia é simples: que o conselheiro não tenha que comprometer recursos pessoais para os deslocamentos necessários para o desempenho de suas funções”, afirmou a relatora.

Servidores públicos em cargos de presidência ou vice-presidência do CAE poderão ser cedidos para trabalhar exclusivamente no conselho, com remuneração do órgão onde atua, de acordo com a proposta. Atualmente, a Lei 11.947/09, que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), não concede essa permissão.

Segundo Luciene Cavalcante, é essencial garantir condições mínimas para que o conselho não acabe esvaziado pela incompatibilidade de carga horária de seus membros. "Quem lida com a fiscalização desses contratos necessita de tempo para análise de editais de licitação e documentos de prestação de contas, além de precisar realizar visitas *in loco*", assinalou.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Educação, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

12 de novembro de 2024

Comissão rejeita projetos relacionados à situação de calamidade pública provocada pela pandemia de covid-19

Relator dos projetos, Deputado Bruno Farias (Avante-MG)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados rejeitou os projetos de lei 3.105/2020, da Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC), e 3.126/2020, do ex-Deputado Carlos Bezerra. As duas propostas, que tramitam apensadas, preveem medidas para reduzir os impactos negativos da pandemia de covid-19. O relator, Deputado Bruno Farias (Avante-MG), apontou a perda de objeto, tendo em vista que o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, decorrente da pandemia, foi declarado em abril de 2022.

“Ambas as proposições foram apresentadas na intenção de mitigar os efeitos econômicos negativos da pandemia, durante a decretação do estado de calamidade pública por ela acarretado, e como essa situação não se estendeu até os dias atuais, firmo o entendimento de que esses projetos de lei devem ser rejeitados, em razão da perda de objeto”, argumentou o Deputado Bruno Farias.

O Projeto de Lei 3.105/2020 altera a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) para permitir a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública em ano eleitoral, durante a situação de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19, desde que com a finalidade específica de mitigar os seus efeitos.

Já o Projeto de Lei 3.126/2020 isenta de pena aquele que, por força de calamidade pública, deixar de cumprir a obrigação de recolher aos cofres públicos, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social descontado ou cobrado. Para Bruno Farias, embora o texto faça referência a calamidade pública de modo geral, depreende-se, pela justificação da proposta, que o objetivo era conceder essa isenção durante a pandemia de Covid-19.

Os projetos agora serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguirem para o Plenário.

12 de novembro de 2024

Projeto cria Universidade Federal de Rio Verde (UFRV)

Relatora do projeto, Deputada Marussa Boldrin (MDB-GO)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3.505/2023, do Senado Federal, que cria a Universidade Federal de Rio Verde (UFRV), por desmembramento do campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano.

Ao defender a aprovação da proposta, a relatora, Deputada Marussa Boldrin (MDB-GO), observou que a criação da instituição representa uma ação estratégica para expandir a oferta de ensino superior público no Brasil. “A criação da UFRV trará benefícios não apenas para a cidade de Rio Verde, mas para toda a região, ao promover a formação de mão de obra qualificada e incentivar a produção de conhecimento e tecnologia”, destacou.

De acordo com o texto, a transferência do campus Rio Verde para a nova universidade, que terá natureza jurídica de autarquia, engloba o Parque Científico-Tecnológico, o Polo de Inovação, os cursos de todos os níveis, os alunos regularmente matriculados, os cargos efetivos e de direção, as funções gratificadas e as de coordenação. O projeto prevê, ainda, a criação de novos cargos efetivos, além de cargos de direção e de funções gratificadas e comissionadas de coordenação de curso.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Educação, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

12 de novembro de 2024

Projeto proíbe agente público de manter conta bancária em paraíso fiscal

Relatora do projeto, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que proíbe ocupantes de cargo ou emprego no governo federal de manter contas bancárias em "paraísos fiscais", ou seja, países ou regiões autônomas com pouca ou nenhuma cobrança de tributo e falta de transparência em relação aos titulares dos ativos. A medida altera a Lei de Conflito de Interesses.

O texto também considera conflito de interesse o servidor ou empregado público possuir investimentos cujo valor ou cotação possa ser afetado por política ou decisão sobre a qual tenha informação privilegiada. Essa prática poderá levar o agente público a responder por improbidade administrativa.

O texto aprovado foi o substitutivo da relatora, Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP), ao Projeto de Lei 3.433/2021, do Deputado Ivan Valente (Psol-SP), e apensados (PLs 3.454/2021, 3.455/2021 e 3.456/2021). Sâmia reuniu dispositivos das quatro propostas em um único texto.

Segundo a relatora, "a prática de atos que configuram conflito de interesses não apenas fere os princípios da moralidade e da impessoalidade, como também mina a confiança da sociedade nas instituições, corroendo os pilares da democracia".

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

3 de dezembro de 2024

Definição das emendas ao Orçamento e às Diretrizes Orçamentárias - LOA e LDO

Presidente da Comissão, Deputado Waldemar Oliveira (Avante-PE)

A CASP aprovou, no dia 3 de dezembro, as emendas da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN 26/2024 - LOA) e ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 3/2024 - LDO) para 2025. O valor total das emendas representou reforço de R$ 20.000.000,00 ao Orçamento.

Foram aprovadas duas sugestões de emenda de apropriação à Lei Orçamentária Anual (LOA):

1ª EMENDA: Apoiar o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Programa: 2310; Ação 20YY; Nacional; Meta: 200 unidades; R$ 10.000.000,00". Autor: Deputado Rogério Correia (PT-MG).

2ª EMENDA: Apoiar o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Programa: 2310; Ação 20YY; Nacional; Meta: 200 unidades; R$ 10.000.000,00". Autora: Deputada Denise Pessôa (PT-RS).

A LOA estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Ademais, também foi aprovada uma sugestão de emenda à Meta, de autoria do Deputado André Figueiredo (PDT-CE), para promoção do trabalho decente, emprego e renda, bem como vinte e duas sugestões de emendas de texto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

10 de dezembro de 2024

Projeto estabelece que as atividades próprias da profissão de administrador são consideradas típicas de Estado

Relatora do projeto, Deputada Erika Kokay (PT-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4.403/2016, do Deputado Carlos Henrique Gaguim (União-TO), que estabelece que as atividades próprias da profissão de administrador, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas típicas de Estado. A proposta altera a Lei nº 4.769/1965, que trata da profissão de administrador.

O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pela relatora, Deputada Erika Kokay (PT-DF), que também torna típicas de Estado as atividades próprias de profissional do campo de Públicas. A proposta mantém a exigência de registro no Conselho Regional de Administração para os bacharéis em Administração, já prevista no texto original.

A Deputada Erika Kokay lembrou que as carreiras típicas de Estado integram o núcleo estratégico do Estado, requerendo maior capacitação e responsabilidade. Ela citou argumento do Deputado Carlos Henrique Gaguim de que cabe ao administrador gerenciar os órgãos públicos e responder tecnicamente pelos resultados. Ao defender a ampliação do alcance do projeto original, a relatora observou ainda que essas carreiras são aquelas que exercem atribuições relacionadas à expressão do poder estatal, não possuindo, portanto, correspondência no setor privado.

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

10 de dezembro de 2024

Comissão rejeita projeto que obriga organização da sociedade civil com mais de cinco atividades ou projetos sociais a destinar um deles para o público idoso

Relator do projeto, Deputado Luiz Gastão (PSD-CE)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 4.416/2019, que obriga as organizações da sociedade civil (OSCs) que desenvolvem trabalhos sociais e possuem mais de cinco atividades ou projetos a destinarem pelo menos um deles para idosos. O colegiado seguiu o voto do relator, Deputado Luiz Gastão (PSD-CE), que também se posicionou pela rejeição do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Na visão do Deputado Luiz Gastão, o PL 4.416/2019, de autoria do Deputado Ossesio Silva (Republicanos-PE), desconsidera a natureza, a finalidade e a autonomia das organizações da sociedade civil. “A proposta em análise, embora tenha como objetivo nobre a proteção dos direitos dos idosos, apresenta um viés autoritário e pode comprometer a eficácia das ações das OSCs”, argumentou.

Para o relator, é fundamental que o legislador busque soluções que promovam a participação das OSCs na política para idosos de forma voluntária e colaborativa, “respeitando a autonomia e a diversidade dessas organizações“.

A proposta agora será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E EVENTOS

3 de abril de 2024

Transferência das operações das loterias federais para empresa subsidiária da Caixa Econômica Federal

Deputados Tadeu Veneri (PT-PR) e Erika Kokay (PT-DF), ao centro da mesa

Requerimento 9/2024
Autores: Deputados Tadeu Veneri (PT-PR) e Erika Kokay (PT-DF)
Palestrantes:

- Simone Aparecida Vicentini, Secretária Adjunta de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda
- Sergio Takemoto, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)
- Juvandia Moreira Leite, Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT)
- Ricardo Amado Costa, Vice-Presidente da Federação Brasileira das Empresas Lotéricas (Febralot)
- Fabiana Uehara, Coordenadora da Comissão Executiva de Empregados da Caixa (CEE/Caixa)
- Antonio Simoneto, Presidente do Sindicato das Empresas de Loterias, Comissários e Consignatários do Distrito Federal e Entorno (Sindiloterias DF)

12 de abril de 2024

Fórum (MG) - Imóvel da gente: democratizando o terreno do antigo Aeroporto Carlos Prates

Deputado Rogério Correia (PT-MG), autor do requerimento

Requerimento 4/2024
Autor: Deputado Rogério Correia (PT-MG)
Palestrantes:

- Carolina Gabas Stuchi, Secretária Adjunta de Gestão do Patrimônio da União | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Lorhany Ramos de Almeida, Superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais (SPU-MG)
- Pedro de Freitas Maciel Pinto, Subsecretário de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte
- Bruno Pedralva, Vereador de Belo Horizonte
- Carlos Alberto Santos da Silva, Coordenador-Geral da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa
- Lourival Reis Junior, representante do Fórum Permanente do Coletivo Cultural Noroeste de Belo Horizonte
- Isabel Paixão, representante do Conselho Distrital de Saúde

16 de abril de 2024

Mobilizações dos servidores técnico-administrativos de universidades e institutos federais por reajuste salarial

Requerimento 1/2024
Autora: Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)
Subscritores: Deputados Reimont (PT-RJ), Rogério Correia (PT-MG), Alice Portugal (PCdoB-BA) e Erika Kokay (PT-DF)
Palestrantes:

- Gregório Grisa, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Educação (MEC)
- José Celso Cardoso Jr., Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Mariel Angeli Lopes, Supervisora Técnica do Escritório Regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Distrito Federal
- Sandro Pimentel, Coordenador de Educação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical)
- Gustavo Seferian, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-Sindicato Nacional)
- Viviane Peres, representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe)
- David Lobão, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe)
- Rosangela Gonçalves de Oliveira, Diretora da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação)

Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)

30 de abril de 2024

Seminário (SP) - Necessidade de reajuste salarial dos servidores técnico-administrativos de universidades e institutos federais

Requerimento 28/2024
Autora: Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)
Palestrantes:

- Rodrigo Bizacho de Oliveira, Coordenador-Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de São Paulo (Sintunifesp)
- Felipe Alencar, Coordenador-Geral do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SintufABC)
- Rafael Otero, representante do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SintufABC)
- Rogério de Souza, Coordenador Estadual do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção São Paulo (Sinasefe-SP)

Dep. Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento

- Vânia Helena Gonçalves, Coordenadora-Geral do Sindicato dos Trabalhadores Técnicos-Administrativos da Universidade Federal de São Carlos (Sintufscar)
- Alberto Handfas, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp)
- Carlos Giannazi, Deputado Estadual de São Paulo
- Celso Giannazi, Vereador do Município de São Paulo

9 de maio de 2024

Descongelamento da contagem de gratificações por tempo de serviço para servidores públicos

Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento

Requerimento 14/2024
Autora: Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)
Palestrantes:

- Carlos Giannazi, Professor e Deputado Estadual de São Paulo
- Celso Giannazi, Vereador do Município de São Paulo
- Wanderci Polaquini, Vice-Presidente da Pública Central do Servidor
- Francisco Antônio Poli, Presidente do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo)
- Norma Lúcia Andrade dos Santos, Presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp)
- Maicon Robson Zambrini, Presidente da Associação dos Analistas Jurídicos do Ministério Público do Estado de São Paulo (Aajump)

10 de maio de 2024

Visita Técnica (MG) - Acompanhamento do processo de expansão do Metrô BH, com a construção da Linha 2, que ligará a região do Barreiro à região oeste da cidade

Deputado Rogério Correia (PT-MG), autor do requerimento

Requerimento 10/2024
Autor: Deputado Rogério Correia (PT-MG)
Subscritora: Deputada Erika Kokay (PT-DF)

16 de maio de 2024

Novo Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e seus impactos sobre a administração tributária

Deputada Erika Kokay (PT-DF), autora dos requerimentos

Requerimentos 3/2024 e 16/2024
Autora: Deputada Erika Kokay (PT-DF)
Palestrantes:

- Adriana Gomes Rêgo, Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil, representando também o Ministério da Fazenda
- Dão Real Pereira dos Santos, Diretor de Relações Internacionais e Intersindicais do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional)
- Alexandre Magno Cruz Pereira, Diretor de Defesa Profissional do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita)
- Adilson da Silva Bastos, Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)

21 de maio de 2024

Implantação do Piso Nacional da Enfermagem e a nova Proposta de Emenda Constitucional que estabelece jornada de trabalho de 30 horas semanais para a categoria

Requerimento 48/2024
Autora: Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)
Palestrantes:

- Eduardo Viana, Diretor do Departamento de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Teomair Correia de Oliveira, Coordenador-Geral de Normas e Previdência da Diretoria de Benefícios, Previdência e Atenção à Saúde da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Líbia Bellusci, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS)
- Ana Paula Brandão, Conselheira do Conselho Federal de Enfermagem
- Solange Caetano, Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE)
- Jacinta de Fatima Sena da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (Aben Nacional)
- Valdirlei Castagna, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS)
- Zilmara Alencar, Consultora Jurídica da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS)
- Oldack Cezar, Secretário de Saúde do Trabalhador da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam)

Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)

22 de maio de 2024

Apoio à mobilização nacional dos servidores públicos em educação, a fim de fortalecer a luta na Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília

Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento

Requerimento 41/2024
Autora: Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)
Palestrantes:

- Carlos Giannazi, Deputado Estadual de São Paulo
- Celso Giannazi, Vereador do Município de São Paulo
- Tania Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
- Helena Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
- João Alberto Rodrigues de Souza, Vice-Presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp)

22 de maio de 2024

Sustentabilidade da Rede Lotérica

Deputado Reimont (PT-RJ), autor do requerimento, e o Presidente da ALSPI, Bruno Lobato (D)

Requerimento 43/2024
Autor: Deputado Reimont (PT-RJ)
Palestrante:
Bruno Lobato, Presidente da Associação Nacional dos Lotéricos, Correspondentes Bancários e empresários ligados a jogos (ALSPI)

27 de maio de 2024

Seminário (SP) - Descongelamento da contagem de gratificações por tempo de serviço

Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento

Requerimento 13/2024
Autora: Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)

6 de junho de 2024

Valorização da carreira dos analistas e especialistas em infraestrutura

Deputada Erika Kokay (PT-DF), autora dos requerimentos

Requerimentos 40/2024 e 57/2024
Autora: Deputada Erika Kokay (PT-DF)
Subscritor: Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF)
Palestrantes:

- Helder Melillo, Secretário-Executivo do Ministério das Cidades
- Claudia Martinelli, Diretora de Inovação da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
- Rafael Inácio Marques Veloso Lemes, Gerente de Projeto da Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes
- Tetsu Koike, Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos
- Valesk Rebouças, Presidente da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (Aneinfra)
- Luiz Alberto dos Santos, Advogado e Consultor, Mestre em Administração e Doutor em Ciências Sociais/Estudos Comparados

10 de junho de 2024

Seminário (RJ) - Oportunidades e convergências: a carreira de Ciência e Tecnologia promovendo benefícios à população

Deputado Reimont (PT-RJ), autor do requerimento

Requerimento 18/2024
Autor: Deputado Reimont (PT-RJ)
Palestrantes:

- Helena Cramer Veiga Rey, Coordenadora de Ensino e Pesquisa do Instituto Nacional de Cardiologia (INC)
- João Antonio Matheus Guimarães, Coordenador de Pesquisa e Pós-graduação do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into)
- Leandro de Souza Thiago, Presidente da Comissão do Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia do Instituto Nacional de Câncer (Inca)

13 de junho de 2024

Piso salarial dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Deputado Reimont (PT-RJ), autor do requerimento

Requerimento 31/2024
Autor: Deputado Reimont (PT-RJ)
Subscritora: Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)
Palestrantes:

- Aida Vianna, Diretora da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (Fenas)
- Fernanda Magano, Secretária-Geral da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi)
- Margareth Alves Dallaruvera, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
- Irene Rodrigues da Silva, Secretária de Políticas Públicas e Sociais da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam)
- Sandra Regina Ferreira Barbosa, Diretora da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas (Fenatibref)

17 de junho de 2024

Situação dos anistiados celetistas (Lei nº 8.878/94) com remuneração no quadro de extinção, abrangidos pelo Decreto 6.657/2008

Deputada Erika Kokay (PT-DF), autora do requerimento

Requerimento 49/2024
Autora: Deputada Erika Kokay (PT-DF)
Subscritor: Deputado Rogério Correia (PT-MG)
Palestrantes:

- Regina Coeli Moreira Camargos, Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Oton Pereira Neves, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (Sindsep-DF) e da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef)
- Shigueru Sumida, Advogado e Consultor Jurídico dos anistiados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
- Maria Marlucia de Souza Pinto, representante dos anistiados
- Geny Helena Fernandes Barroso Marques, Procuradora do Trabalho

24 de junho de 2024

Desafios e oportunidades: sustentabilidade na administração pública brasileira

Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), autor do requerimento

Requerimento 47/2024
Autor: Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF)
Palestrantes:

- Cilair Rodrigues de Abreu, Secretário de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Fabiana Ruas Vieira, Secretária Adjunta de Administração do Tribunal de Contas da União (TCU)
- Luiz Vicente da Costa Braga, Chefe do Comitê de Gestão Socioambiental da Câmara dos Deputados (Ecocâmara) e representante da Rede Legislativo Sustentável
- Suzana Fairbanks Lima de Oliveira, representante do Ministério Público Federal
- Claudia Souza Passador, Professora da Universidade de São Paulo (USP), Coordenadora do Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas do Instituto de Estudos Avançados da USP - Polo Ribeirão Preto e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)

4 de julho de 2024

Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Educação: Dispensa do registro na entidade de classe para o exercício da docência em Educação Física

Dep. Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora da proposta de realização da audiência

Requerimentos 73/2024-CE, 38/2024-CASP, 54/2024-CASP
Autora dos REQ 73/2024-CE e REQ 38/2024-CASP: Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)
Autora do REQ 54/2024-CASP: Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)
Palestrantes:

- Carlos Giannazi, Deputado Estadual de São Paulo
- Celso Giannazi, Vereador do Município de São Paulo
- Celso Napolitano, representante do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro/SP)
- Gislene Amaral, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
- Hajime Takeuchi Nozaki, Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
- Lourival José Martins Filho, Diretor de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação do Ministério da Educação (MEC)
- Lucas Sachsida, Promotor de Justiça do Ministério Público de Alagoas
- Marlei Fernandes de Carvalho, representante da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE)

4 de julho de 2024

Análise das propostas legislativas do Consad em busca de um possível alinhamento com as propostas em tramitação na Casa

Deputado Duarte Jr. (PSB-MA) presidiu a audiência

Requerimento 52/2024
Autor: Deputado Reimont (PT-RJ)
Palestrantes:

- Fabrício Rogério Cyrino Barbosa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad)
- Samuel Pontes do Nascimento, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad)
- Basílio Bezerra Guimarães dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad)

4 de julho de 2024

Direitos trabalhistas dos prepostos de serviços notariais e de registro em cartórios

Deputado Estadual Carlos Giannazi (SP) e Dep. Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)

Requerimento 20/2024
Autora: Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)
Palestrantes:

- Carlos Giannazi, Deputado Estadual de São Paulo
- José Ricardo Braz, representante do Movimento em Defesa dos Trabalhadores Cartorários
- João de Castro Teixeira Neto, representante do Movimento em Defesa dos Trabalhadores Cartorários
- Emir Xavier de Oliveira, representante da Comissão dos Cartorários
- Francisco Eduardo Loureiro, Corregedor do Tribunal de Justiça de São Paulo
- Alline Bessa de Meneses, Auditora Fiscal do Trabalho - representante do Ministério do Trabalho e Emprego

9 de julho de 2024

Reajuste anual automático do piso salarial dos profissionais de enfermagem

Deputado Bruno Farias (Avante-MG), autor do requerimento

Requerimento 63/2024
Autor: Deputado Bruno Farias (Avante-MG)
Subscritor: Deputado Reimont (PT-RJ)
Palestrantes:

- Daniel Menezes de Souza, Vice-Presidente do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
- Livia Angeli, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)
- David Athayde, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal
- Shirley Morales, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros
- Isabel Cristina Gonçalves, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social/CUT

15 de julho de 2024

Projeto de Lei 4.505/2021, que dispõe sobre a transformação dos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no Estado do Paraná, em Universidade Federal do Iguaçu (UFI)

Deputado Tadeu Veneri (PT-PR), autor do requerimento

Requerimento 59/2024
Autor: Deputado Tadeu Veneri (PT-PR)
Palestrantes:

- Tânia Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior, representando o Ministério da Educação
- João Alfredo Braida, Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul
- Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira, Diretora em exercício do Campus Laranjeiras do Sul (UFFS)
- Marcos Antônio Beal, Diretor do Campus Realeza (UFSS)

29 de agosto de 2024

Greve dos servidores e servidoras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Deputada Erika Kokay (PT-DF), autora do requerimento

Requerimento 79/2024
Autora: Deputada Erika Kokay (PT-DF)
Subscritores: Deputados Prof. Reginaldo Veras (PV-DF) e Alice Portugal (PCdoB-BA)
Palestrantes:

- Guilherme Fenille Rocha Molinaro, Técnico do Seguro Social, representando a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef)
- João Torquato dos Santos, Diretor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Distrito Federal (Sindprev-DF)
- Isadora Barbosa Ferreira, Técnica do Seguro Social, representando o Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (SINSSP)

11 de novembro de 2024

Correios: desafio das relações de trabalho no contexto da valorização da empresa

Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), autor do requerimento

Requerimento 85/2024
Autor: Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF)
Palestrantes:

- Francklin Andrade Mattar Furtado, Coordenador de Serviços Postais do Ministério das Comunicações
- Daniel Dantas da Silva, Gerente das Relações do Trabalho dos Correios
- Rogiero Victor de Andrade, Secretário-Geral da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP)
- José Aparecido Gimenes Gandara, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect)

12 de novembro de 2024

Balanço das negociações salariais entre o governo federal e os servidores públicos

Requerimento 50/2024
Autora: Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)
Subscritor: Deputado Rogério Correia (PT-MG)
Palestrantes:

- Thaize Antunes, representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe)
- Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate)
- Márcia Abreu, Coordenadora de Administração e Finanças da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical)
- Karla Simões de Andrade Bertotti, Secretária Adjunta da Coordenação Jurídica e Relações do Trabalho do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe)
- Francisco Wellington Duarte, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação)
- Fábio Faiad, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal)
- Miguel Arcanjo Simas Nôvo, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)
- Marcos Vinicius Gomes Avelino, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef)

Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)

25 de novembro de 2024

Redução da idade de desligamento compulsório no Serpro de 75 para 70 anos

Deputada Erika Kokay (PT-DF), autora do requerimento

Requerimento 103/2024
Autora: Deputada Erika Kokay (PT-DF)
Subscritores: Deputados André Figueiredo (PDT-CE) e Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)
Palestrantes:

- Telma Maria de Castro Dantas, Diretora de Política Sindical da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares (Fenadados)
- Sérgio Takemoto, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)

26 de novembro de 2024

Regulamentação da atuação profissional do campo de públicas

Deputada Erika Kokay (PT-DF), autora do requerimento

Requerimento 71/2024
Autora: Deputada Erika Kokay (PT-DF)
Palestrantes:

- Suylan Midlej, Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB)
- Edgilson Tavares de Araujo, Professor do Campo de Públicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Maria Isabel Araújo Rodrigues, Presidente da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPCP)
- Cláudia Souza Passador, Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)
- Igor Andrey Roselli, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (Fenecap)
- Nícolas Alcântara, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Profissionais do Campo de Públicas (Pro Pública)

28 de novembro de 2024

Precarização dos quadros técnicos no Sistema de Justiça Brasileiro

Requerimento 90/2024
Autora: Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)
Subscritor: Deputado Reimont (PT-RJ)
Palestrantes:

- Fábio Mariano da Silva, Diretor de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- Maíla Rezende Vilela Luiz, Assistente Social Judiciária e Presidente da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica do Brasil (Aaspsi Brasil)
- Fernanda Copelli Vilas Boas de Almeida, Psicóloga Judiciária e Secretária-Geral da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica do Brasil (Aaspsi Brasil)
- Rayssa Cavalcante Matos, representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)
- Ana Carolina Martins Lôbo, Coordenadora de Gênero, Etnia e Geracional da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud)
- Carlos Giannazi, Deputado Estadual de São Paulo
- José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor
- Julianne Freire Marques, Magistrada no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), titular do Juizado Especial da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína (TO)

Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento

3 de dezembro de 2024

Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Cultura: Plano de Carreira dos Servidores Federais da Cultura

Requerimentos 99/2024-CASP e 41/2024-CCULT
Autores do REQ 99/2024-CASP: Deputados Sâmia Bomfim (Psol-SP) e Reimont (PT-RJ)
Subscritores do REQ 99/2024-CASP: Deputados Rogério Correia (PT-MG) e Erika Kokay (PT-DF)
Autores do REQ 41/2024-CCULT: Deputados Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ)
Palestrantes:

- Regina Coeli Moreira Camargos, Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Cassius Rosa, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Cultura
- Fernanda Castro, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)
- Jussara Griffo, Diretora da Confederação dos trabalhadores do Serviço Público (Condsef)
- Diana Dianovsky, Antropóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)
- Mônica Carneiro Alves, Bibliotecária na Fundação Biblioteca Nacional (FBN)
- Paula Nogueira, Diretora responsável pelo setor de assuntos sindicais da Associação dos Servidores e Trabalhadores da Funarte (Asserte)
- Ruth Vaz Costa, Educadora Museal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e integrante do Departamento de Educação e Cultura da Condsef

Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP), coautora do Requerimento 99/2024-CASP

3 de dezembro de 2024

Desafios e direitos das pessoas com deficiência no serviço público: caminhos para inclusão e equidade

Requerimento 102/2024
Autora: Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)
Subscritora: Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)
Palestrantes:

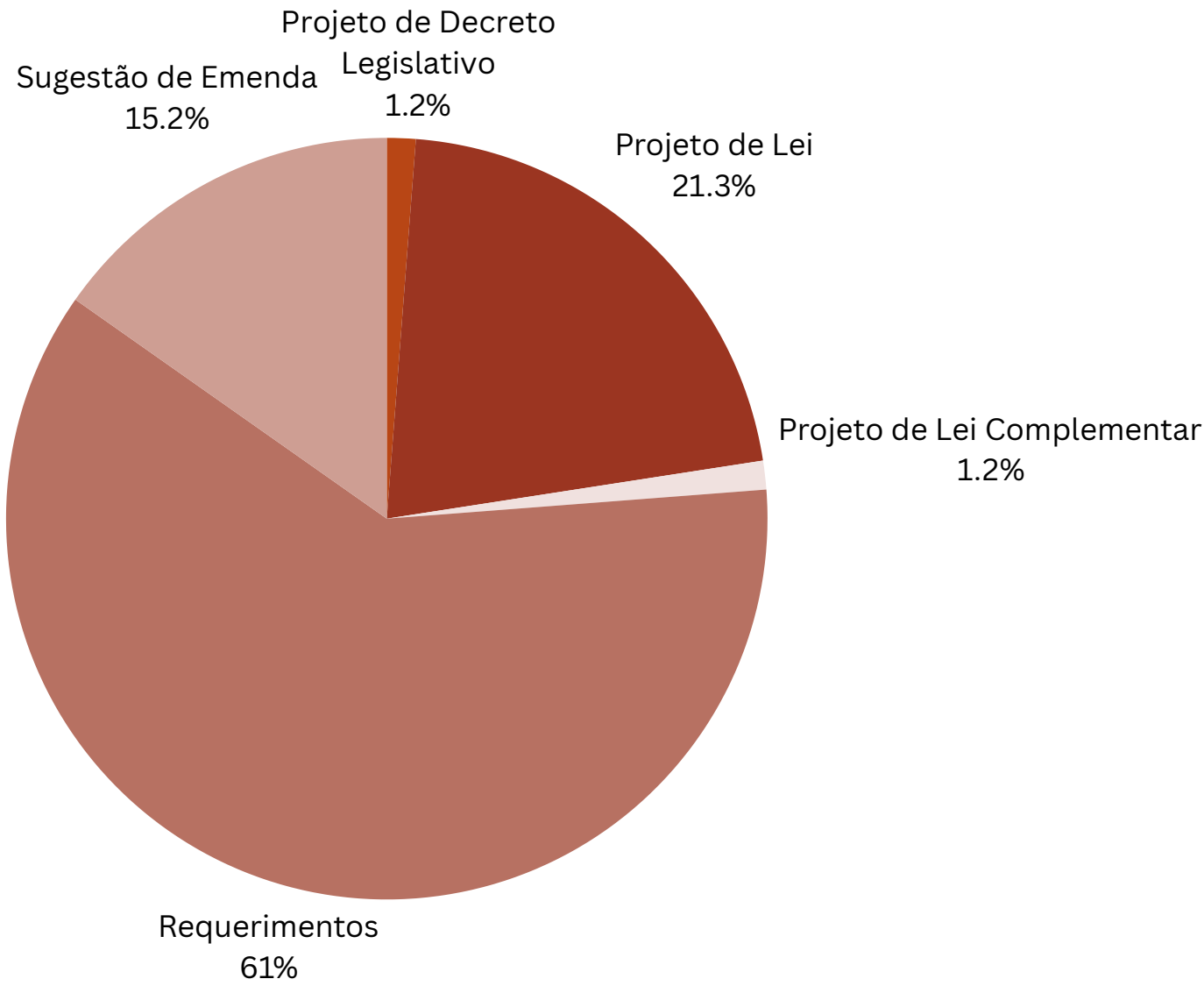
- Edilson Barbosa, Advogado e Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab)
- Amália Cardona Leites, Secretária da Coordenação de Inclusão e Acessibilidade do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe)
- Lailah Vasconcelos de Oliveira Vilela, Auditora Fiscal do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego
- Afonso de Paula Pinheiro Rocha, Procurador do Trabalho
- Luisa Ramos Senna Souza, Docente do Instituto Federal da Bahia

Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP), autora do requerimento

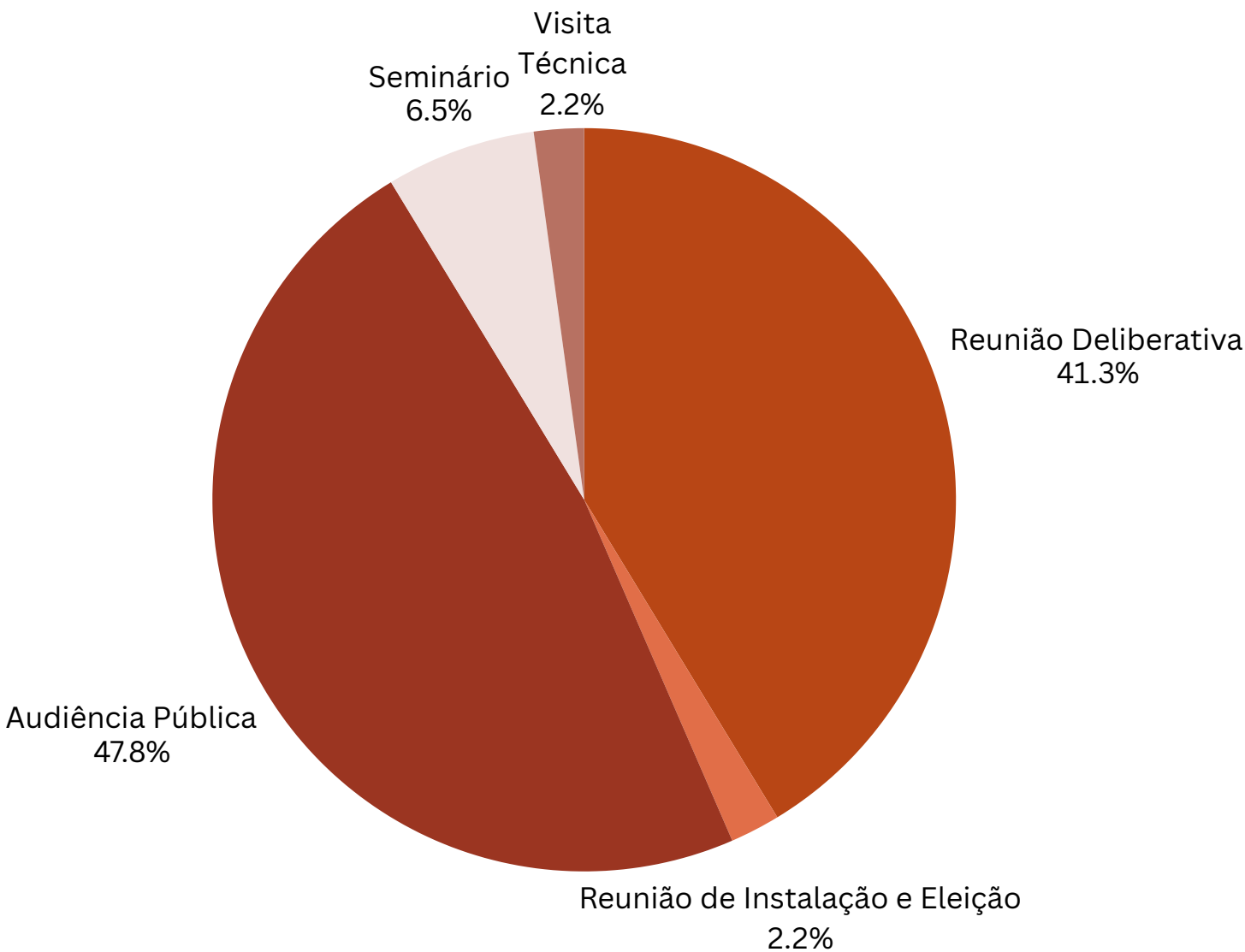
- Marlise Sozio Vitcel, Secretária Adjunta da Coordenação de Inclusão e Acessibilidade do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe)
- Isabella Leal, Diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud)

NÚMEROS DA COMISSÃO

Matérias Apreciadas em 2024	
Tipo	**Quantidade**
Projeto de Decreto Legislativo	2
Projeto de Lei	35
Projeto de Lei Complementar	2
Requerimentos	100
Sugestão de Emenda	25
Total	**164**


Projeto de Decreto Legislativo
1.2%
Sugestão de Emenda
15.2%
Projeto de Lei
21.3%
Projeto de Lei Complementar
1.2%
Requerimentos
61%

Eventos Realizados em 2024	
Evento	**Quantidade**
Reunião Deliberativa	19
Audiência Pública	22
Seminário	3
Visita Técnica	1
Reunião de Instalação e Eleição	1
Total	**46**


Visita Técnica 2.2%
Seminário 6.5%
Reunião Deliberativa 41.3%
Audiência Pública 47.8%
Reunião de Instalação e Eleição 2.2%

17:6
IFA,

EQUIPE TÉCNICA

Comissão de Administração e Serviço Público

Secretária-Executiva
Flávia Renata de Oliveira Silva

Servidores
Gabriela de Castro Villela
Luciana Dantas Mariz
Maria Lúcia da Silva
Miller Borges Castanheira de Carvalho

Estagiária:
Maria Clara Alencar Carvalho Diniz de Britto

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Administração e Serviço Público
Anexo II, Ala A, Sala 176
CEP 70160-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6824/6823
e-mail: casp.decom@camara.leg.br

Comissão de
Administração e
Serviço Público

CÂMARA DOS DEPUTADOS